

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

Jaboticabal - SP

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
Jaboticabal - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), incluindo norma aplicável às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente examinados por outro auditor independente, com a emissão do relatório de opinião sem modificação em 08 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), incluindo norma aplicável às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

RIOS & VIANA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP035012/O6
CNAI-PJ 000015
CVM 1279-3

SANDRO RIOS
MARQUES:02332253
904

Assinado de forma digital por
SANDRO RIOS
MARQUES:02332253904
Dados: 2025.02.25 09:49:16 -03'00'

SANDRO RIOS MARQUES
CONTADOR CRC 1PR048863/O-0 T/SP
CNAI 1928

Balanços Patrimoniais – Ativos em 31 de dezembro (Em R\$)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		6.659.555	5.768.965
Caixa e Equivalente de Caixa	6	906.242	279.733
Caixa		948	783
BancosC/Movimento-Recursos Livres		4.906	10.463
Aplicações Financeiras –Recursos sem Restrição		184.925	179.859
Aplicações Financeiras –Recursos com Restrição		715.462	88.629
Créditos a Receber		4.672.376	4.399.003
Créditos de Convênios	7	4.571.539	4.253.549
Créditos com Empregados	8	70.074	103.832
Créditos com Fornecedores	9	-	650
Outros Créditos	10	21.195	30.603
Despesas Antecipadas	11	9.567	10.368
Estoques	12	1.080.938	1.090.229
Almoxarifado		1.080.938	1.090.229
Não Circulante		28.986.938	29.369.987
Realizável a Longo Prazo		-	-
Investimentos		2.578	2.281
Imobilizado	13	28.984.360	29.367.706
Bens de Uso Próprio		38.046.135	37.753.152
(-) Depreciação Acumulada		(9.061.775)	(8.385.446)
Total do ativo		35.646.493	35.138.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balancos Patrimoniais – Passivos e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Em R\$)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		<u>8.507.069</u>	<u>8.883.032</u>
Fornecedores e Honors.Médicos	14	3.872.812	4.266.499
Obrigações com empregados	15	1.862.598	1.936.147
Obrigações tributárias	16	324.343	319.533
Empréstimos e financiamentos	17	1.617.475	1.855.071
Subvenções governamentais	18	440.480	152.312
Outras obrigações	19	389.362	353.472
Não Circulante		<u>5.605.718</u>	<u>5.009.152</u>
Fornecedores de bens e serviços	14	935.266	150.590
Empréstimos e financiamentos	17	1.087.362	2.705.444
Subvenções governamentais	18	1.088.718	962.726
Outras obrigações	19	514.272	771.071
Provisão para contingências	20	1.980.100	419.320
Patrimônio Líquido		<u>21.533.705</u>	<u>21.246.768</u>
Patrimônio Social	21	152.914)	944.579
Ajustes de Avaliação Patrimonial		21.399.682	21.614.272
Déficit/Superávit do exercício		286.937	(1.312.083)
Total do Passivo		35.646.493	35.138.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)

	Nota	2024	2023
Receitas líquidas		45.255.581	40.266.153
Com Restrição	22	18.092.809	17.011.680
Subvenção Federal		1.213.502	1.398.137
Subvenção Estadual		104.802	260.746
Subvenção Municipal		16.774.504	15.352.797
Sem Restrição		27.162.772	23.254.473
Receitas com Serviços Prestados-SUS		6.782.226	3.729.214
Receitas de Serviços Prestados-Convênios		19.792.948	19.215.668
Receitas de Serviços Prestados-Particulares		388.592	317.441
Contribuições e Doações Voluntárias	22	325.599	222.646
(-)Glosas e Abatimentos-Convênios		(126.593)	(230.495)
Receita com Trabalho Voluntário		=	=
(-)Custodos Produtos e Serviços Vendidos		(29.654.824)	(27.848.271)
(-)Custo dos Produtos e Serviços Vendidos		(29.654.824)	(27.848.271)
Resultado Bruto		15.600.757	12.417.881
(-)Despesas operacionais		(14.926.013)	(12.953.180)
Gerais e Administrativas		(5.361.283)	(5.059.654)
Pessoal		(8.888.401)	(7.219.533)
Depreciação/Amortização		(676.329)	(730.448)
Provisões		-	56.455
Outras Receitas		752.694	936.351
Recuperação de Despesas		54.661	105.259
Receitas com Aluguéis		421.282	443.131
Outras Receitas Operacionais		276.750	387.962
Outras Despesas		(294)	(817.926)
Outras Despesas		(294)	(817.926)
(-)Despesas c/ Trabalho Voluntário		-	-
Resultado financeiro		(1.140.207)	(895.210)
Receitas Financeiras		133.514	165.183
Despesas Financeiras		(1.273.721)	(1.060.393)
Superavit do exercício		286.937	(1.312.083)
Renúncia fiscal de tributos		=	=
Tributos federais		=	=
Cota Patronal Previdência Social -Devida		(3.602.848)	(3.302.915)
Imunidade Da Cota Patronal -Usufruída		3.602.848	3.302.915
COFINSs/Faturamento-Devido		(795.781)	(766.852)
Imunidade COFINSs/Faturamento		795.781	766.852
Tributos municipais		-	-
IPTU- Devido		(91.158)	(72.217)
Imunidade do IPTU		91.158	72.217
I.S.S.Devido		(530.520)	(511.235)
Imunidade do I.S.S.		530.520	511.235
Superavit final		286.937	(1.312.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31.12.2022	551.211	178.778	21.828.862	22.558.851
Transf. superávit exercício anterior	178.778	(178.778)	-	-
Realização do A.A.P	214.590	-	(214.590)	-
Déficit do Exercício	-	(1.312.083)	-	(1.312.083)
Saldo em 31.12.2023	944.579	(1.312.083)	21.614.272	21.246.768
Transf. déficit exercício anterior	-1.312.083,00	1.312.083	-	-
Realização do A.A.P	214.590	-	(214.590)	-
Superávit do Exercício	-	286.937	-	286.937
Saldo em 31.12.2024	(152.914)	286.937	21.399.682	21.533.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes dos exercícios findo em 31 de dezembro (Em R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit (Déficit) Exercício		286.937	(1.312.083)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		286.937	(1.312.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
1-Das Atividades Operacionais:		
(A)Ajustes por:		
Superavit/Déficit do Exercício	286.937	(1.312.083)
Depreciação	676.329	832.683
Saldo Residual baixa bens	104.537	(91.536)
Provisão Juros s/Empréstimos	579.461	658.530
Provisão para Contingências	<u>1.560.780</u>	<u>34.320</u>
	3.208.044	121.913
(B)(Acréscimo) e Decréscimo do Ativo		
Contas a Receber	(317.990)	(757.883)
Bens e Títulos a Receber	9.291	769.630
Adiantamentos	34.431	37.938
Outros Créditos	10.187	32.725
Realizável a Longo Prazo	-	<u>11.035</u>
	(264.081)	93.445
(C)Acréscimo e(Decréscimo) do Passivo		
Fornecedores	316.173	(577.833)
Prest.de Serviços Médicos	74.817	401.935
Obrigações com Pessoal	(80.009)	(193.721)
Obrigações Sociais	6.461	2.677
ObrigaçõesTributárias	4.810	10.672
Outras Obrigações	<u>193.249</u>	<u>(1.012.954)</u>
	515.501	(1.369.224)
Total das Atividades Operacionais(A+B+C)	3.459.464	(1.153.866)
2-Das Atividades de Investimentos:		
(-)Aquisição do Imobilizado	(397.520)	(407.088)
(-)Aquisição de Investimentos	<u>(297)</u>	<u>(252)</u>
Total Das Atividades De Investimentos	(397.817)	(407.340)
3-Das Atividades De Financiamentos:		
(+)Captação de Empréstimos	2.062.665	6.704.166
(-)Pagamento de Empréstimos	(3.918.342)	(4.829.409)
(-)Juros/Empréstimos e Financiamentos	<u>(579.461)</u>	<u>(658.530)</u>
Total Das Atividades De Financiamentos	(2.435.138)	1.216.227
Varição Das Disponibilidades(1+2+3)	626.509	(344.979)
Saldo das Disponibilidades no Final Do Exercício	906.242	279.733
Saldo das Disponibilidades no Início Do Exercício	<u>279.733</u>	<u>624.712</u>
Varição Ocorrida No Período	626.509	(344.979)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 de 2023 (Em R\$)

1 Contexto operacional

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal** é uma Entidade Filantrópica, Pessoa Jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública, fundada em 1.904. Tem como objetivo básico, sem finalidade de lucro, a manutenção de leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, credo, sexo e religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos estaduais.

Sua Estrutura Física é formada por 11.058,06 m² (área total do terreno), e sua área construída corresponde a 7.532,61 m², e está localizada à Rua Floriano Peixoto, 1387, Bairro Centro, Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital circulante da Entidade ficou negativo em R\$1.847.514 (e 3.114.067 em 2023)). Ainda, em 31 de dezembro de 2024 a Entidade apresentou superávit de R\$ 286.937. Adicionalmente, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, a Entidade possuía débitos com fornecedores e prestadores de serviços em atraso. Para fazer frente a esse cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positivo compreendem as seguintes ações, muitas delas concluídas no exercício seguinte e que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Entidade no futuro:

- Renegociações com fornecedores;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Renegociação de contratos com principais clientes;

Para cumprir com suas obrigações e atender suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Entidade utiliza-se de recursos provenientes de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria notável médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 24 de fevereiro de 2025. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Caixa e equivalentes de caixa; ii) Recursos de subvenções; iii) Contas a receber; e iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Empréstimos e financiamentos a pagar; ii) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar; e iii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e



Tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.



Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativos e parado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contra partida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.



3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são,subsequentemente,demonstrados pelo custo amortizado.Qualquer diferença entre os valores captados(líquidos dos custos da transação)e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto,utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano.Caso contrário,são apresentados como passivo não circulante.

3.8 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas com o passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação,conforme riscos específicos da obrigação.O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício,como dispêndios/despesas operacionais.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização,incluindo,quando aplicável,os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis,acrescidos,quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:



3.11.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.11.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.11.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.12 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBCTG 07(R1) –Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

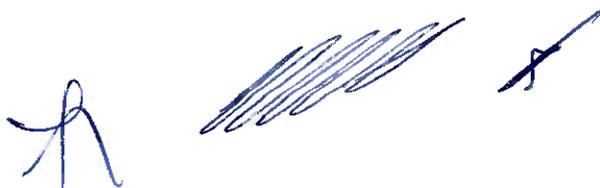
Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.13 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.



3.14 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício

3.15 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação

3.16 CPC47- Receita De Contrato Com Cliente

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contra prestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do atendimento a pacientes para execução do objeto social da Entidade, as fontes de recursos são advindas de: (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como atendimentos realizados ao SUS a pacientes e convênios e particulares, (ii) doações, subvenções e outras receitas (iii) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.



▪ Quadro de receitas:

Descrição das receitas	2024	2023
Receitas Convênio SUS	6.782.226	3.729.214
Receitas Convênio não SUS	19.792.948	19.215.668
Receitas Particulares	388.592	317.441
Total Receitas Produção	26.963.766	23.262.323
Subvenções Governamentais	18.092.809	17.011.680
Total Receitas Subvenções	18.092.809	17.011.680
Receitas com Doações Diversas	325.599	222.646
Total Receitas com Doações	325.599	222.646
Outras Receitas Operacionais	752.694	936.351
Total Outras Receitas Operacionais	752.694	936.351
Receitas Financeiras	133.514	165.183
Total Receitas Financeiras	133.514	165.183
TOTAL DAS RECEITAS	46.268.382	41.598.183

Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não foram constatados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras por entender que seus atuais critérios de reconhecimento de receita se aproximam substancialmente as novas exigências de reconhecimento.

3.17 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.18 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.19 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment"

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 7.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 13.

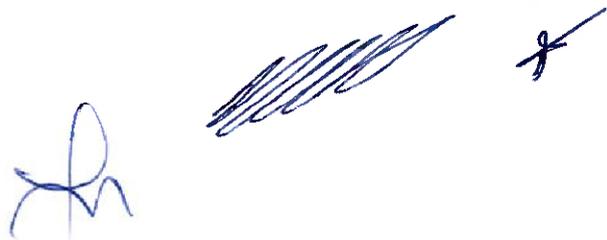
c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 20.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.



Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1 Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos.

Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	906.242	279.733
Créditos a receber	4.651.180	4.368.400
Outros créditos	<u>21.195</u>	<u>30.603</u>
	<u>5.578.617</u>	<u>4.678.736</u>

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites.



O cálculo das perdas esperadas está demonstrado a seguir:

CONVÊNIO	Faturas em aberto		Provisão p/Perdas	
	2024	2023	2024	2023
SUS	1.941.663	875.322	-	26,289
CABESP	101.981	96.556	17.059	4.496
ECONOMUS	18.479	33.623	4.146	3.346
FAEC	2.085	836	157	395
UNIMED	1.636.965	2.060.654	159	813
IRMANDADEMIS.HOSP.STA	41.177	116.295	-	-
PARTICULARES	14.086	5.894	-	-
	3.756.437	3.189.183	21.522	35.339

A Entidade informa também que somente o impacto da PCLD apontado acima causa efeitos em suas Demonstrações Financeiras.

Também concluiu que os Passivos Financeiros estão devidamente escriturados, sendo suas obrigações devidamente reconhecidas contabilmente e por isso entende-se que os seus atuais critérios de reconhecimento de Passivo Financeiro estão de acordo com as novas exigências.

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.

5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados.



6 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a valores em caixa e bancos conta movimento, oriundos de recursos próprios e de subvenções.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	948	783
Bancosc/Movimento Livre	4.906	10.463
Aplicações de Liquidez imediata Livre	184.925	179.859
Aplicações Liquidez imediata c/Restrição	<u>715.462</u>	<u>88.629</u>
	<u>906.242</u>	<u>279.733</u>

7 Contas a receber de convênios

A Entidade em 31 de dezembro de 2024 possui valores a receber do Governo Federal por serviços prestados segundo o contrato firmado com o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, Convênios não SUS e Pacientes Particulares.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Convênio SUS	1.928.620	99.239
Convênios nãoSUS	1.814.772	2.313.860
Prefeitura M.Jaboticabal	13.045	776.083
Faturamento em andamento	850.442	1.099.704
Provisãoop/perdass/créditos	<u>(35.339)</u>	<u>(35.339)</u>
	<u>4.571.539</u>	<u>4.253.549</u>




8 Créditos com empregados

A entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados aos empregados composição em 31 de dezembro de 2024 conforme quadro abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento de Salários	7.659	10.268
Adiantamento de Férias	53.497	84.906
Crédito com Funcionários	8.918	8.657
	<u>70.074</u>	<u>103.832</u>

9 Crédito com fornecedores

A Entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados a fornecedores, com posição em 31 de dezembro de 2024 conforme quadro abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento Leasing	-	650
	<u>-</u>	<u>650</u>

10 Outros créditos

A Entidade possui valores de outros créditos a receber na data base de 31 de dezembro de 2024 conforme quadro abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel Imóvel	14.518	19.489
Outros Adiantamentos	493	23
Devolução de Mercadorias	810	6.834
Estacionamento	1.075	30
SIPAG	4.300	4.226
	<u>21.195</u>	<u>30.603</u>

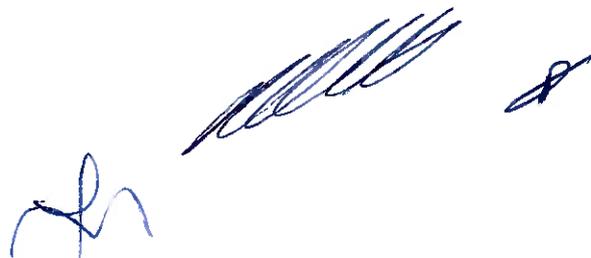


11 Despesas Antecipadas

Descrição	2024	2023
Despesas c/Seguros apropriar	9.567	10.368
TOTAL	9.567	10.368

12 Estoques

Descrição	2024	2023
Medicamentos	234.849	303.188
Material Hospitalar	290.494	268.605
Material Consumo em geral	555.594	518.435
TOTAL	1.080.938	1.090.229





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.856.358/0001-34 I.E.: ISINTO
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP. 14870-810
Tel.: 16 3208 2333

13 Imobilizado

a. Composição do saldo

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2024 o imobilizado que é demonstrado pelo custo de aquisição, é depreciado pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta a vida útil do bem. Segue abaixo a posição do ativo imobilizado

			<u>2024</u>	<u>2023</u>
	Taxa anual de depreciação	Custo+ AAP*	Depreciação acumulada	Total
Terrenos	-	14.970.889	-	14.970.889
Edificações e benfeitorias	2%	16.126.128	(4.081.249)	12.044.879
Instalações e instrum.cirúrgicos	10%a33%	4.382.029	(2.952.516)	1.429.513
Equipamentos de informática	20%	310.660	(277.974)	32.686
Máquinas e equipamentos	2%a12,5%	216.859	(215.757)	1.102
Móveis e utensílios	6,66%a10%	1.959.435	(1.474.154)	485.281
Veículos	20%	60.125	(60.125)	-
Imobilizado em andamento	-	20.010	-	20.010
		<u>38.046.135</u>	<u>(9.061.775)</u>	<u>28.984.360</u>
				<u>29.367.706</u>



Hospital e Maternidade
Santa Isabel
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: 151110
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14873-810
Tel.: 16 3209-2333

b. Movimentação do custo histórico

Descrição das Contas	Saldoem		Saldoem	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
APARELHOS DE MEDICINA E CIRURGIA	3.965.001	23.167	5.300	3.982.868
EDIFICACOES	5.052.737	343.895	0,00	5.396.632
EDIFICACOES HSP.C/AJUSTEVL.MERCADO2010	10.729.496	0,00	0,00	10.729.496
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	293.109	7.092	1.816	298.384
EQUIPAMENTOS,MOVEIS E UTENSILIOS	1.882.256	32.934	3.582	1.911.608
INSTALACOES APARELHOS OXIGENIO	6.000	0,00	0,00	6.000
INSTRUMENTAL DE MEDICINA E CIRURGIA	160.911	0,00	0,00	160.911
MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDERIA	216.230	0,00	0,00	216.230
OBRAS EM ANDAMENTO	20.010	0,00	0,00	20.010
TERRENOS	1.295.268	0,00	0,00	1.295.268
TERRENOS HSP.C/AJUSTEVL.MERCADO 2010	13.675.621	0,00	0,00	13.675.621
VEICULOS	60.125	0,00	0,00	60.125
Total Custo de Aquisição	37.356.763	407.088	10.699	37.753.152
(-)Depreciacaocumulada				
(-)DEPR.DE EDIFICACOES	-3.441.967	316.359	0,00	-3.758.326
(-)DEPR.DE EQUIP.MOVEIS E UTENSILIOS	-1.241.124	164.216	37.115	-1.368.225
(-)DEPR.DE APARELHO DE MEDICINA E CIRURG	-2.303.443	314.837	60.410	-2.557.869
(-)DEPR.DE MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDEIR	-201.263	14.161	0,00	-215.424
(-)DEPR.DE INSTALACAO	-6.000	0,00	0,00	-6.000
(-)DEPR.DE VEICULOS	-59.390	736	0,00	-60.125
(-)DEPR.DE EQUIP.DE INFORMATICA	-246.105	18.194	2.067	-262.232
(-)DEPR.DE INSTRUMENTAL MEDICO E CIRURGI	-155.707	4.180	2.643	-157.244
Total Depreciação Acumulada	-7.654.998	832.683	102.235	-8.385.446
Saldo Líquido Imobilizado	29.701.765	-425.595	-91.536	29.367.706



**Hospital e Maternidade
Santa Isabel**
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.660.365/0001-34 I.E.: ISI N10
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP. 14870-810
Tel.: 16 3203 2333

Descrição das Contas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
APARELHOS DE MEDICINA E CIRURGIA	3.982.868	302.067	69.787	4.215.118
EDIFICACOES	5.396.632	-	-	5.396.632
EDIFICACOES HSP.C/AJUSTEVL.MERCADO2010	10.729.496	-	-	10.729.496
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	298.384	45.466	33.190	310.660
EQUIPAMENTOS,MOVEIS E UTENSILIOS	1.911.508	49.387	1.560	1.959.435
INSTALACOES APARELHOS OXIGENIO	6.000	-	-	6.000
INSTRUMENTAL DE MEDICINA E CIRURGIA	160.911	-	-	160.911
MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDERIA	216.230	630	-	216.859
OBRAS EM ANDAMENTO	20.010	-	-	20.010
TERRENOS	1.295.268	-	-	1.295.621
TERRENOS HSP.C/AJUSTEVL.MERCADO2010	13.675.621	-	-	13.675.621
VEICULOS	60.125	-	-	60.125
Total Custo de Aquisição	37.753.152	397.520	104.537	38.046.135
(-)DEPR.DEEDIFICACOES	-3.758.326	322.923	-	-4.081.249
(-)DEPR.DEEQIP.MOVEIS E UTENSILIOS	-1.368.225	143.044	37.115	-1.474.154
(-)DEPR.DE APARELHO DE MEDICINA E CIRURG	-2.557.870	292.690	62.779	-2.787.781
(-)DEPR.DE MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDEIR	-215.424	333	-	-215.757
(-)DEPR.DEI NSTALACAO	-6.000	-	-	-6.000
(-)DEPR.DE VEICULOS	-60.125	-	-	-60.125
(-)DEPR.DE EQUIP.DE INFORMATICA	-262.232	17.808	2.067	-277.974
(-)DEPR.DE INSTRUMENTAL MEDICO E CIRURGI	-157.244	4.134	2.643	-158.735
Total Depreciação Acumulada	-8.385.446	780.932	104.603	-9.061.775
Saldo Líquido Imobilizado	29.367.706	-383.413	-66	28.984.360

14 Fornecedores de bens e serviços

Corresponde à sobrigações da Entidade para com fornecedores de produtos e serviços, para manutenção das atividades da Entidade, e valores a pagar de repasse de honorários e serviços médicos.

	2024			2023		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.458.526	935.266	2.393.792	1.927.029	150.590	2.077.619
Honorário médicos	2.414.286	-	2.414.286	2.339.470	-	2.339.470
	3.872.812	935.266	4.808.078	4.266.499	150.590	4.417.089

15 Obrigações com empregados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Obrigações com érias	1.270.365	1.409.948
Salários e ordenados	418.968	469.055
Salários a Pagar-PisoEnf.	(14.371)	(97.478)
Encargoss/férias	101.360	112.585
Acordo trabalhista	46.510	7.978
Empréstimos consignados	21.711	20.629
Rescisões contratuais	-	751
Pensão alimentícia aepassar	3.410	7.472
Seguro veículos	2.455	5.056
Desconto aparelho celular	1.053	150
Desconto Cartão Yex	685	-
Penhora Salarial	506	-
Contribuição Assistencial	9.947	-
	1.862.598	1.936.147

16 Obrigações tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
FGTS a recolher	118.984	113.289
INSS a recolher	90.313	84.656
IRRFa recolher	33.797	47.343
COFINS de terceiros a recolher	29.142	23.395
IRRFde terceiros a recolher	17.353	16.463
ISS de terceiros a recolher	15.633	17.087
CSLL de terceiros a recolher	9.714	7.798
INSS de terceiros a recolher	3.092	4.433
PIS de terceiros a recolher	6.314	5.069
	324.343	319.533

17 Empréstimos e financiamentos

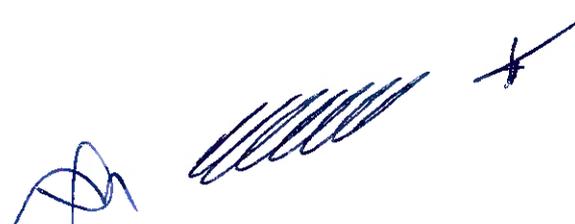
Modalidade	Taxas de juros anual	Vencimento final	2024			2023		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	9,51% a 11,35%	10/06/2025	1.605.612	1.087.362	2.692.974	1.534.329	2.705.444	4.239.773
Contagarantida		31/01/2023	11.863	-	11.863	320.741	-	320.741
			<u>1.617.475</u>	<u>1.087.362</u>	<u>2.704.837</u>	<u>1.855.071</u>	<u>2.705.444</u>	<u>4.560.514</u>

Refere-se a recursos tomados junto às instituições financeiras para capital de giro e financiamento debens. São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos incorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2024 e 2023 está assim representada:

	2024	2023
Saldo anterior	4.560.514	2.685.757
Captações	2.062.665	6.704.166
Juros passivos	579.461	658.530
Pagamento de financiamentos (principal)	(3.918.342)	(5.487.939)
Pagamento de financiamentos (juros)	(579.461)	(658.530)
	<u>2.704.837</u>	<u>4.560.514</u>

Os contratos de empréstimos mantidos pela Entidade junto às instituições financeiras, contém cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos administrativos e Compromissos ("covenants") operacionais. Para todos os contratos, em 31 de dezembro de 2024 a Entidade está em conformidade frente aos compromissos assumidos.





Hospital e Maternidade
Santa Isabel
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.836.369/0001-34 - I.E.: ISENTID
Rua Marçal Floriano Peixoto, 1.367 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
Tel.: 16 3209-2333

18 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais condicionadas à investimentos e custeio.

a. Composição do saldo

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Subvenções Vinculadas a mobilizações	-	174.841	174.841	230.296
Subvenção Conv18930/2021	-	208.255	208.255	235.058
Subvenção Conv155/2021	-	152.282	152.282	172.586
Subvenção conv055/2022	-	143.868	143.868	165.907
Subvenções Vinculadas a imobilizações	-	76.683	76.683	90.282
Subvenções Vinculadas a imobilizações	-	58.042	58.042	68.598
Emenda parlamentar 2020.2216752	54.744	-	54.744	63.679
Subvenções vinculadas a custeios	5	-	5	5
Portaria GM/MS 16/08/2023	235.669	-	235.669	88.629
Convênio 003051/2024	150.062	-	150.062	-
Convênio 947278/2023	-	111.895	111.895	-
Convênio 002770/2024	-	100.586	100.586	-
Convênio 942687/2023 SICONV	-	62.267	62.267	-
Total Subvenções Governamentais	440.480	1.088.718	1.529.197	926.726
			152.312	1.115.039

b. Movimentação das subvenções de curto prazo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	88.629	447.261
Adição de recursos	1.381.893	1.153.135
Rendimentos de aplicações financeira	10.692	13.951
Aplicação de recursos em custeio	(1.095.483)	(1.384.165)
Aplicação de recursos em investimentos	-	-
Devolução de recursos	-	(41.554)
Saldo final contas com restrição	<u>385.731</u>	<u>88.629</u>
Saldo final residual a depreciar	<u>54.748</u>	<u>63.683</u>
Saldo subvenções a realizar passivo circulante	440.479	152.312

Movimentação das Subvenções	2024	2023
Saldo Inicial Passivo não Circulante	962.726	1.169.081
Adição de Recursos	272.220	-
Rendimento de Aplicação Financeira	5.198	-
Aplicação de Recursos	(151.427)	(206.354)
Saldo final das contas com Restrição	<u>1.088.718</u>	<u>962.726</u>

19 Outras obrigações

Refere-se a obrigações com prestadores de serviços parceladas, e adiantamento a clientes composição em 31 de dezembro de 2024, conforme detalhado abaixo

	<u>2024</u>			<u>2023</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Adiantamento Unimed Jaboticabal	65.404	265.333	330.738	63.431	334.536	397.967
Parcelamento Unimed Contratado	150.917	248.939	399.855	111.456	436.535	547.991
Adiantamento de clientes	104.020	-	104.020	76.534	-	76.534
Adiantamento Credimogiana	-	-	-	-	-	-
Parcelamento SAAEJ	69.020	-	69.020	102.051	-	102.051
	<u>389.362</u>	<u>514.272</u>	<u>903.634</u>	<u>353.472</u>	<u>771.071</u>	<u>1.124.543</u>

20 Provisão para contingências prováveis

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Trabalhistas	1.820.100	299.320
Cíveis	160.000	120.000
Tributárias	-	-
	<u>1.980.100</u>	<u>419.320</u>

Movimentação das Provisões p/Contingências	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	419.320	385.000
Adição de Processos	1.669.159	171.863
Baixa de Processos	(108.379)	(137.542)
Saldo final das Provisões p/Contingências	1.980.100	419.320

A Entidade, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Entidade para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Entidade estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A entidade discute ações cíveis e trabalhistas cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2024 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como remoto.

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

21 Patrimônio líquido

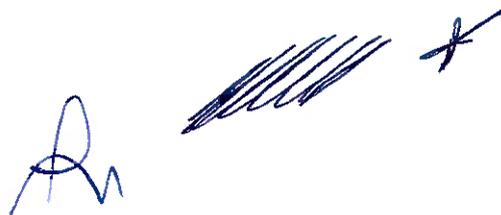
a. Patrimônio social

É representado em valores que compreendem o Patrimônio Social inicial, acrescido de superávits e subvenções para investimento e diminuído dos déficits ocorridos, sendo que o resultado do exercício será incorporado ao patrimônio social quando da aprovação das contas em assembleia.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000(R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.



c. Resultado do exercício

Representa o resultado do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

22 Subvenções e doações

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeio investimentos são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Termo Aditivo e/ou Convênio firmado e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidas no resultado observado o disposto na NBCTG07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

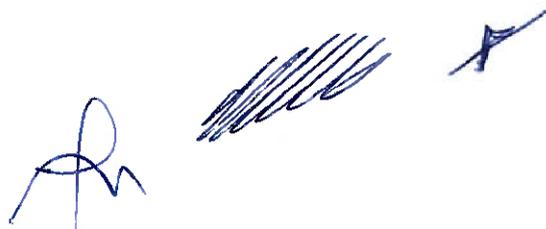
A Entidade recebeu doações da comunidade local, tanto por pessoas físicas, quanto jurídicas, em dinheiro ou em materiais que foram destinadas ao custeio das atividades da instituição.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Subvenções e Doações		
Subvenções Federal	1.213.502	1.398.137
Subvenções Estadual	104.805	260.746
Subvenções Municipal	<u>16.774.504</u>	<u>15.352.797</u>
	<u>18.092.809</u>	<u>17.011.680</u>
Doações Particulares		
Doações – Pessoas Físicas e Jurídicas	<u>325.599</u>	<u>222.646</u>
	<u>325.599</u>	<u>222.646</u>
	<u>18.418.408</u>	<u>17.234.325</u>

23 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestamos serviços para os quais foram instituídas e os coloque à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária a qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.886.368/0001-34 I.E.: ISINTQ
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP. 14870-810
Tel.: 16 3208-2333

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

24 Imunidade das contribuições usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está apresentada a seguir:

Contribuição	2024	2023
INSS Cota Patronal	3.602.848	3.302.915
COFINS	795.781	766.852
IPTU	91.158	72.217
I.S.S.Q.N.	530.520	511.235
	5.020.307	4.653.219

25 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS através do processo n. 25000.054340/2020-33, onde obteve deferimento pelo Ministério da Saúde através da Portaria n. 880 de 14/09/2020, fazendo jus aos benefícios da filantropia pelo período de 01/06/2020 a 31/05/2023.

No dia 25/05/2023 foi publicada a Portaria nº 464 do Ministério da Saúde /Secretaria Especializada à Saúde, que prorroga nos termos do parágrafo 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a vigência de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), até o dia 31 de dezembro de 2024.

No dia 11/07/2024, a Entidade fez o requerimento de renovação do CEBAS, através do protocolo 25000.103776/2024-97, onde aguarda análise.

26 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

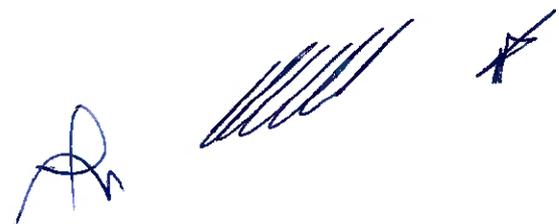
Na Área da Saúde, a Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar n. 187 de 16/12/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, e seus respectivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2024, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

▪ Departamento de saúde

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Capacidade Instalada(Leitos)	82	82
Dedicado ao Sus(Leitos)	52	52
%Sus	63%	63%

▪ Atendimentos

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Quant.</u>	<u>%Quant.</u>	<u>Quant.</u>	<u>%</u>
Internados				
Sistema Único de Saúde–SUS	2.134	46%	2.392	48%
Convênios/Particulares-nãoSUS	<u>2.526</u>	<u>54%</u>	<u>2.570</u>	<u>52%</u>
	4.660	100%	4.962	100%
Pacientes/dia				
Sistema Único de Saúde–SUS	8.707	53%	9.447	54%
Convênios/Particulares-não SUS	<u>7.589</u>	<u>47%</u>	<u>8.117</u>	<u>46%</u>
	16.296	100%	17.564	100%
AtendimentosAmbulatoriais				
Sistema Único de Saúde-SUS	5.883	70%	5.914	81%
Convênios/Particulares-não SUS	<u>2.465</u>	<u>30%</u>	<u>1.376</u>	<u>18%</u>
	8.348	100	8.971	100



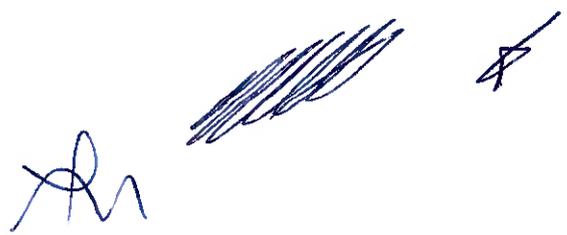
▪ Cálculo filantropia:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pacientes/dia Atendimentos Ambulatoriais	53%	54%
	<u>10%</u>	<u>10%</u>
	<u>63%</u>	<u>64%</u>

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2024 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo atingido em 2024 o percentual de 63% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

27 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.



28 Cobertura de seguros

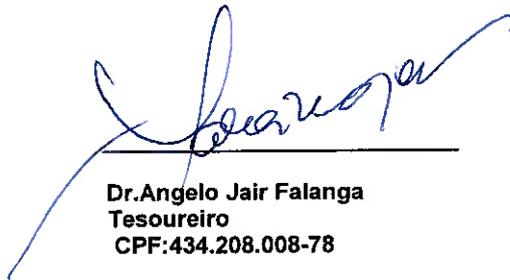
A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 24 de fevereiro de 2025, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Entidade.



Dr. Nobile Kosmos Malago
Provedor
CPF: 671.353.668-91



Dr. Angelo Jair Falanga
Tesoureiro
CPF: 434.208.008-78



Nicolau José Morato
Contador - CRC 1SP178147/O-0
CPF: 098.885.598-42



**Hospital e Maternidade
Santa Isabel**
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810

Tel.: 16.3209-2333

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, Parecer do Auditor Independente, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados e considerando ainda o parecer do Auditor Independente opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Jaboticabal, 24 de fevereiro de 2025.

Clovis Luis Campana Fiorezzi

CPF - 854.170.168-10

José Quintino

CPF - 862.183.608-49

Célio José de Moraes

CPF - 160.595.576-00